



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 10

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE

MAIO DE DOIS MIL E DEZASSETE. ---

----- Aos **dezassete dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezassete**, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, João Filipe Chaveiro Libório, Hugo de Sousa Marques Carreiras e Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Não houve assuntos presentes .-----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi **lida e assinada** a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi **aprovada por unanimidade**. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

---- **Ponto um - um: PROJECTO DE ARQUITECTURA:** Presente o seguinte projecto de arquitectura em nome de: -----

- **Joaquim João Moita Rosado**, para alterações a efectuar na obra referente a demolição e construção de moradia sita na Rua de Goa, nº. 9, em **Mora**. **Apro- vado por unanimidade** o **projecto de arquitectura**, devendo o requerente apresentar os projectos de especialidades modificados, em função das alterações introduzidas. -----

----- **Ponto um - dois: DECLARAÇÕES DE CADUCIDADE:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que nos termos e para os efeitos previstos no artigo 71º do **Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)** com a redação em vigor, informa-se que, relativamente ao processo nº.21/2012, em nome de **Manuel Rodrigo Café Filipe**, para construção de anexo na Rua Joaquim Alves Salgado lote 4, em **Brotas**, foi ultrapassado o prazo de um ano e respetiva prorrogação para solicitar emissão de alvará, nos termos do artigo 76º do mesmo diploma. -----

Tendo sido dado cumprimento ao princípio de audiência prévia dos interessados, sem que se tenham pronunciado, propõe esta Divisão que a Câmara declare a caducidade da licença, em conformidade com o nº5 do artigo 71º do **RJUE**. - A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, declarar a caducidade da licença. -----

Presente também informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que nos termos e para os efeitos previstos no artigo 71º do **Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)** com a redação em vigor, informa-se que, relativamente ao processo nº.16/2015, em nome de **Joaquina Rosa Freire Rosado**, para alteração de fachada (rodapé) na Rua Dr. António José de Almeida nº. 74, em **Cabeção**, foi ultrapassado o prazo de um ano e respetiva prorrogação para solicitar emissão de alvará, nos termos do artigo 76º do mesmo diploma. -----

Tendo sido dado cumprimento ao princípio de audiência prévia dos interessados, sem que se tenham pronunciado, propõe esta Divisão que a Câmara declare a caducidade da licença, em conformidade com o nº5 do artigo 71º do **RJUE**. -

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, **declarar** a caducidade da licença. -----

Presente também informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que nos termos e para os efeitos previstos no artigo 71º do **Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)** com a redação em vigor, informa-se que, relativamente ao processo nº.01/2014, em nome de **Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Cabeção**, para projecto de Acessibilidade ao Adro da Igreja Matriz de Cabeção e Conservação de Fachadas, sita no Largo Infante D. Henrique, em **Cabeção**, foi ultrapassado o prazo de um ano e respetiva prorrogação para solicitar emissão de alvará, nos termos do artigo 76º do mesmo diploma. -----

Tendo sido dado cumprimento ao princípio de audiência prévia dos interessados, sem que se tenham pronunciado, propõe esta Divisão que a Câmara declare a caducidade da licença, em conformidade com o nº5 do artigo 71º do RJUE.

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, **declarar** a caducidade da licença. -----

Pelo **Senhor Vereador João Filipe Chaveiro Libório** foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se **considera impedido** para quaisquer intervenções enquanto Vereador da Câmara, para intervir no presente processo, por ser pai do interessado, pelo que de seguida abandonou a reunião. -----

Presente ainda informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que

nos termos e para os efeitos previstos no artigo 71º do **Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)** com a redação em vigor, informa-se que, relativamente ao processo nº. 08/2013, em nome de **Luís Maria Martins Libório**, para alteração de moradia para Casa de Campo, sita na Rua de Santo António, em **Pavia**, foi ultrapassado o prazo de um ano e respetiva prorrogação para solicitar emissão de alvará, nos termos do artigo 76º do mesmo diploma.---

Tendo sido dado cumprimento ao princípio de audiência prévia dos interessados, sem que se tenham pronunciado, propõe esta Divisão que a Câmara declare a caducidade da licença, em conformidade com o nº5 do artigo 71º do RJUE. -

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade dos presentes, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, **declarar** a caducidade da licença. -----

Acto continuo o Senhor Vereador regressou à reunião. -----

----- **Ponto um - três: EMISSÃO DE CERTIDÕES:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Antónia Alves Lopes Candeias**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 551** da freguesia de **Brotas**, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 365 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 62,00 m2, localizado no monte do Bonito, n.º 19. -----

Verifica-se que foi entregue cópia da caderneta predial urbana, onde consta que o prédio foi inscrito na matriz em 1995, tendo, no entanto, como origem, o prédio inscrito sob o artigo 145. Por outro lado, em arquivo, localizou-se o processo 55/94, relativo à construção de cozinha regional nesse local, com a área

de 14,00 m2, para o qual foi emitido o alvará de utilização n.º 8 de 1995. Nesse sentido, foi necessário comprovar a data de construção da área remanescente, correspondente ao referido artigo de origem. Informou o **Serviço de Finanças de Mora**, que o mesmo terá sido inscrito na matriz antes de 7 de agosto de 1951, possuindo a superfície coberta de 45 m2. De acordo com esses dados, constata-se uma diferença de área de 3 m2, mas que se entende irrelevante, não ultrapassando a percentagem de 10% fixada pelos serviços do registo predial para efeitos de correções simplificadas (artigo 28.º - A do Código do Registo Predial). -----

Sendo assim, caso se aceite a discrepância de área referida, verifica-se que o imóvel original terá sido construído em data anterior à da entrada em vigor do RGEU e que, em 1994, foi apresentado projeto para construção de cozinha que terá motivado a ampliação da sua área de construção. Nessas circunstâncias, propõe-se o deferimento da pretensão, através da emissão de certidão que indique que o artigo original não estaria sujeito a licença de utilização, em conformidade com o previsto no artigo 4.º do **Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização**, e que a área destinada a cozinha regional possui alvará de utilização. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. Presente também informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado requerimento por **Antónia Alves Lopes Candeias**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o **artigo n.º 193** da freguesia de **Brotas**, descrito na Conservatória do

Registo Predial de Mora sob o n.º 366 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 35,00 m², localizado na Calçada das Águias.---

Verifica-se que foi entregue cópia da caderneta predial urbana, onde consta que o prédio foi inscrito na matriz em 1970. -----

Sendo assim, verifica-se que o imóvel terá sido construído em data anterior à da entrada em vigor do **Plano Diretor Municipal**, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo **RGEU** àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do **Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização**, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, pelo que se propõe o deferimento da pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

----- **Ponto um - quatro: PEDIDO DE MATERIAIS:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que a **Associação de Caçadores do Concelho de Mora** apresentou um pedido de fornecimento de materiais, para a obra de ampliação da sua sede social. -----

De acordo com a listagem apresentada anexa à presente informação, parte dos materiais poderá ser adquirida no mercado local, tendo-se obtido o melhor valor no montante de **3.274,26 €**. Os restantes encontram-se em stock no armazém municipal e importam em **265,68 €**, totalizando assim **3.539,94 €**, com IVA incluído. -----

Propõe-se a tomada de decisão sobre o pedido apresentado.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade conceder à **Associação de Caçadores do Concelho de Mora** o referido fornecimento de materiais, para a obra de ampliação da sua sede social no valor de **3.539,94€**, IVA incluído, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do **Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora**, em vigor.----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: PINTAR PAVIA - CONCURSO DE PINTURA RÁPIDA:**

Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** propondo a realização do concurso referido no assunto em epígrafe, que terá lugar em **Pavia**, no próximo dia **20 de Maio** e no qual serão atribuídos os seguintes prémios: -----

- **1º Prémio - 500€, quinhentos euros;** -----

- **2º Prémio - 300€, trezentos euros;** -----

- **3º Prémio - 200€, duzentos euros.** -----

Após o concurso, com os dados dos premiados, será feita a proposta de pagamento dos referidos prémios. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta da **Divisão Sócio Cultural**, dando cumprimento à mesma. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.331.514,08€, dois milhões trezentos e trinta e um mil quinhentos e catorze euros e oito cêntimos** e **Dotações não**

Orçamentais no valor de **18.385,20€, dezoito mil trezentos e oitenta e cinco euros e vinte cêntimos.** -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **10.683,65 €, dez mil seiscentos e oitenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos.** -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: PROVA DE CICLOTURISMO - RIDE ACROSSE PORTUGAL:** Presente informação da Secção Administrativa enviando para conhecimento e emissão de parecer, nos termos do Decreto Regulamentar nº 2-A/2005 de 24/3, o email do Departamento de Administração de Finanças do Município de Faro, solicitando autorização para percurso de passagem pelo Concelho de Mora na prova de **Cicloturismo** denominada **Ride Acrosse Portugal**, que terá lugar dia 01 de junho do corrente ano. Mais envia o regulamento da prova anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade não ver inconveniente à passagem da referida prova pelo **Concelho de Mora**, nos termos da supracitada legislação. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do seguinte despacho do **Senhor Presidente:**--

- **Em que determinou** renovar, por mais 1 ano, os seguintes contratos de trabalho a termo certo, uma vez que são fundamentais para o funcionamento dos serviços da autarquia: **Simão Manuel Matos; Manuel António de Almeida Balicha; Joaquim Manuel Caeiro Galvão; Gabriel José Miranda Carvalho, Luis Miguel Carias Alexandre, Camélia da Conceição Prates de Almeida Balixa e Luísa Vacas de Carvalho Martins de Sousa Lobo.**-----

----- **Ponto cinco - dois: PROTOCOLO COLABORAÇÃO CLUBE ANAC - AUTORIDADE NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL:** Presente informação do **Senhor Presidente** propondo a **celebração** do **Protocolo de Colaboração** entre o **Município de Mora** e o **Clube ANAC - Autoridade Nacional de Aviação Civil**, referente às regalias entre ambas as instituições. -----

Este Protocolo não contemplam nenhum encargo financeiro para o Município.---
A **Câmara Municipal** tomou conhecimento analisou o referido **Protocolo** e **deliberou por unanimidade** manifestar o seu **acordo** com o mesmo procedendo à sua assinatura. -----

----- **Ponto cinco - três: ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MORA:** Pelo **Senhor Vereador Marco Filipe Barreiros Pires** foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se **considera impedido** para quaisquer intervenções enquanto **Vereador da Câmara**, para intervir no presente assunto por ser **Presidente da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora**, pelo que de seguida abandonou a reunião.---
Presente informação do **Senhor Presidente** informando que a **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora** presta um imprescindível

serviço à população do nosso Concelho e de inegável qualidade. A frota de veículos de que actualmente dispõe, mostra sinais de um estado avançado de deterioração e envelhecimento, dado que muitas das suas viaturas efetuaram mais de 1 milhão de quilómetros. -----

Neste sentido, propõe a atribuição de um subsídio à **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora**, para aquisição de uma ambulância para transporte de doentes, no valor de **40 000,00 Euros**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade dos presentes manifestar o seu acordo com a proposta do **Senhor Presidente**, concedendo o referido subsídio no valor de **40.000,00 Euros**, à **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora** para aquisição de uma ambulância para transporte de doentes. -----

Ato continuo o **Senhor Vereador** regressou à reunião. -----

----- **Ponto cinco - quatro: PROPOSTA SUSPENÇÃO PAGAMENTO RENDA**

CONTRATO BAR "CAFELÍTICO": Presente informação do **Senhor Presidente** informando que na sequência do pedido de suspensão apresentado pelo **Sr. Nilton José Pinto Nunes**, na qualidade de 2º outorgante do **Contrato de Exploração do Bar "Cafelítico"**, e tendo esta **Autarquia** conhecimento da falta de condições para o normal funcionamento do referido estabelecimento devido ao início das obras de construção do **Parque Urbano**, propõe a suspensão do pagamento da renda do referido contrato por um período de 90 dias. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade sus-pender o pagamento da renda referente ao **Contrato de Exploração do Bar "Cafelítico"** por um período de **90 dias**, por falta de condições para o normal funcionamento do referido estabelecimento devido ao início das obras de cons-

trução do **Parque Urbano**. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e cinquenta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por
deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, reali-
zada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-